

Contemporânea

Contemporary Journal

Vol. 5 Nº. 4: p. 01-31, 2025

ISSN: 2447-0961

Artigo

PRÁTICAS E CONTEXTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA SCOPING REVIEW

PRACTICES AND CONTEXTS OF UNIVERSITY EXTENSION: A
SCOPING REVIEW

PRÁCTICAS Y CONTEXTOS DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA: UNA
REVISIÓN DE ALCANCE

DOI: 10.56083/RCV5N4-072

Receipt of originals: 3/14/2025

Acceptance for publication: 4/4/2025

Tomásia Francisca Estevão Morais

Mestre em Ciências da Educação

Instituição: Universidade Católica Portuguesa

Endereço: Porto, Portugal

E-mail: s-tjoão@ucp.pt; tomasiam@hotmail.com

Cristina Palmeirão

Doutora em Ciências da Educação

Instituição: Universidade Católica Portuguesa

Endereço: Porto, Portugal

E-mail: cpalmeirao@ucp.pt

RESUMO: A extensão universitária é uma das funções sociais fundamentais das universidades, caracterizada pela interação dialógica com a comunidade. E a retroalimentação resultante desta interação permite uma mudança interna e externa da universidade. Apesar da indissolubilidade (teórica) entre o ensino, a pesquisa e a extensão na gestão da universidade, para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade da oferta formativa das universidades, este último é considerado, em termos institucionais, como “o parente pobre”. Assim, o objetivo do presente estudo é o de analisar a literatura relacionada à extensão universitária, a sua conceptualização, o seu modo de organização, as suas modalidades e contextos. Para tal, foi adotada uma *scoping review*, com o intuito de selecionar, analisar e sintetizar a literatura encontrada em cinco bases de dados: SCOPUS, Coordenação de



Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), GOOGLE SCHOLAR, Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP). Os resultados apontam a uma necessidade de se aprofundar mais os estudos acerca da extensão. Pois, apesar de ter havido uma grande evolução na pesquisa e na produção científica, a literatura sobre extensão universitária ainda apresenta lacunas significativas.

PALAVRAS-CHAVE: extensão universitária, organização da extensão, práticas, contextos de extensão.

ABSTRACT: University extension is one of the core social functions of universities, characterized by a dialogical interaction with the community. The feedback generated through this engagement fosters both internal and external transformation within the university. Despite the theoretical indissolubility between teaching, research, and extension in university management, the latter is often regarded institutionally as “the poor relative” in terms of the development and improvement of the quality of educational offerings at universities. Therefore, the aim of this study is to analyse the literature related to university extension, including its conceptualisation, organisation, modalities, and contexts. To achieve this, a scoping review was adopted to select, analyse, and synthesise the literature found in five databases: SCOPUS, Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), GOOGLE SCHOLAR, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), and the Open Access Scientific Repository of Portugal (RCAAP). The results indicate a need for further in-depth studies on extension. Although there has been significant evolution in research and scientific production, literature on university extension still exhibits notable gaps.

KEYWORDS: university extension, organisation of extension, practices, contexts of extension.

RESUMEN: La extensión universitaria es una de las funciones sociales fundamentales de las universidades, caracterizada por la interacción dialógica con la comunidad. La retroalimentación resultante de esta interacción permite un cambio tanto interno como externo en la universidad. A pesar de la indisolubilidad entre la enseñanza, la investigación y la extensión en la gestión universitaria, para el desarrollo y mejora de la calidad de la oferta formativa de las universidades, esta última es considerada, en términos institucionales, como “el pariente pobre”. Así, el objetivo del presente estudio es analizar la literatura relacionada con la extensión universitaria, su conceptualización, su modo de organización, sus modalidades y contextos. Para ello, se adoptó una *scoping review* con el propósito de seleccionar, analizar y sintetizar la literatura disponible en cinco bases de datos: SCOPUS, Coordinación para la Mejora del Personal de la



Educación Superior(CAPES), GOOGLE SCHOLAR, Scientific Electronic Library Online (SCIELO) y Repositorio Científico de Acceso Abierto de Portugal (RCAAP). Los resultados señalan la necesidad de profundizar más los estudios sobre extensión universitaria. Pues, a pesar de una gran evolución en la investigación y la producción científica, la literatura sobre extensión universitaria aún presenta importantes lagunas.

PALABRAS CLAVE: extensão universitária, organização de la extensão; práticas, contextos de extensão.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

1. Introdução

A extensão universitária é um dos elementos da tríade da gestão universitária que se configura fundamental, pois, ela possibilita uma articulação entre os resultados obtidos pelo ensino e pela pesquisa e as necessidades da sociedade.

A formação do indivíduo pressupõe o desenvolvimento de competências para bem viver. E tais competências superam o conhecimento científico, técnico social e tecnológico. *Aprender a Ser* (Delors et al, 1997, pp. 85-87) implica estar capaz de rever, reconstruir, operar e ou atualizar aspectos sociais que ultrapassam os domínios de ação da universidade, mas que precisam da universidade para serem analisados e melhorados. Nesse sentido, importa rever a sua forma de interagir, disponibilizar e de ressignificar o conhecimento através de paradigmas de ensino, de aprendizagem e de investigação científica de natureza humanista, plural e intercultural.

Desde a sua criação, a universidade desempenhou uma função muito importante no desenvolvimento da sociedade. O seu papel principal sempre foi preparar pessoas e profissionais nas diferentes áreas do saber para fazer



prosperar e engrandecer a natureza a favor de uma sociedade para todos. A universidade, pela sua responsabilidade, precisa contribuir para o exercício de boas práticas nas políticas públicas, e, nos últimos anos, “sob influência da alteração do paradigma científico” (Silva, 2024, p.34) a universidade demonstrou que os seus serviços são imprescindíveis, pois é dela que surge a “massa crítica” que contribui para o desenvolvimento da sociedade. Pois, como diz Zart (2006), a universidade é um lugar privilegiado para desenvolver o pensamento, e o seu compromisso é de o fazer com os sujeitos a partir da realidade das comunidades onde se inserem, por via da realização de ações transformadoras e reflexivas, “vislumbrando caminhos novos para alternativas novas” (pp.32-33).

Partindo, portanto, do pressuposto de que a relação entre a Universidade e a sociedade é de interdependência, existe a necessidade de que as duas entidades construam de forma conjunta o conhecimento socialmente válido e o produzam em contexto. Assim sendo, é necessária a edificação de uma estrutura humana ligada aos “interesses e problemáticas de seu território, (...) pois que, ancorada em sua comunidade de pertencimento, deve contribuir com a construção de um ideal de nação emancipada” (Huidobro, et al., 2016, p. 32). Esta circunstância reforça a importância da interação da universidade com a sociedade e com as comunidades circunvizinhas.

É nesta perspectiva que se pode refletir a tridimensionalidade da universidade. A extensão universitária é o terceiro pilar, que emerge da “*Lifelong Education*” na Inglaterra do século XIX, mormente na Universidade de Cambridge e na de Oxford, enquanto resultado da cristalização da educação, normal em qualquer sociedade, mas advinda principalmente das grandes revoluções e consequentes necessidades sociais, a princípio destinada à educação de adultos que não tinham acesso



ao Ensino Superior. (Ima-Panzo, 2018; Menéndez, 2019; Rios; Bustos, 2013)

Efetivamente, as raízes mais profundas da extensão universitária, estão ligadas à Revolução Francesa nos seus ideais políticos e sociais, na "organização do proletariado como classe, no social; as novas correntes de pensamento, no filosófico; e, por último, no plano cultural, a criação de numerosos movimentos artísticos e literários entre os quais se destaca o Romantismo." (Menendez, 2017, p. 20)

João de Paula (2013), faz referência a duas grandes vertentes históricas da Extensão Universitária: a primeira, nascida na Inglaterra e propagada pela Europa, a qual envolveu universidades, igrejas e outras instituições no sentido de encontrar formas de se contraporem às consequências adversas do capitalismo; a segunda, que se difundiu nos Estados Unidos, que tinha como objetivo a maior aproximação entre a universidade e o sector empresarial (pp.9-10). Nesse contexto, foram criadas as Escolas Superiores ou Universidades Rurais (Ima-Panzo, 2018; Paula, 2013). A propósito, Gadotti (2017), refere a existência de duas vertentes de extensão universitária: a vertente Assistencialista, também chamada extensionista, e a Não Assistencialista e, portanto, não extensionista. A primeira, considera a universidade a detentora unívoca do conhecimento que precisa de partilhar com as comunidades, no sentido de ajudá-las a melhorar a sua qualidade de vida. Portanto, ela produz e as comunidades beneficiam; a segunda, baseada nas ideias de Paulo Freire (1985), entende que a extensão acontece num processo de comunicação de saberes. Existe uma partilha entre a universidade e a comunidade, e, as duas, influenciam-se mutuamente.

A nível dos países de língua portuguesa, pelo número de produção científica e projetos apresentados, o Brasil tem sido a maior referência em estudos, modelos, modalidades e organização de projetos de Extensão



Universitária, cuja essência se consubstancia nos modelos anteriormente apresentados.

A conceptualização da Extensão Universitária tem criado diferentes discussões. Do debate, percebe-se que cada uma das instituições de ensino superior, concebe na prática, através das suas atividades de extensão, a sua base teórica de referência. Entre tantas, predomina o entendimento de que a universidade precisa de “ser ferramenta de transformação social” (Silva, 2020), e esta ocorre através da extensão que é o processo educativo, cultural e científico que possibilita a articulação harmoniosa entre o ensino e a pesquisa. Trata-se de um processo dialógico que produz conhecimento novo e uma educação pluridimensional. O sentido é:

transformar os seus processos de investigação, de ensino e de extensão segundo três princípios: a prioridade da racionalidade moral prática e da racionalidade estético – expressiva sobre a racionalidade cognitivo – instrumental; a dupla ruptura epistemológica e a criação de um novo senso comum; a aplicação edificante da ciência no seio da comunidade interpretativa (...) numa sociedade em que a quantidade e a qualidade de vida se assentam em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino (Santos, 1989, pp. 52-53)

A comunicação entre a universidade e as comunidades circunvizinhas configura-se extremamente importante para que a universidade possa cumprir efetivamente o seu papel social. Entretanto, a indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a investigação deve ser um elemento indiscutivelmente observado e executado, na perspectiva de corresponder às demandas de uma sociedade cada vez mais complexa. Assim, o objetivo do presente estudo é o de analisar a literatura relacionada à extensão universitária, a sua conceptualização, o seu modo de organização, as suas modalidades e contextos, usando para o efeito uma *Scoping Review*.



2. Metodologia

Para o presente estudo optou-se por uma *scoping review*, fazendo uma revisão da literatura acerca da extensão universitária. A escolha deste modelo de pesquisa tem como fundamento o facto de permitir fazer de forma ampla, o mapeamento de evidências existentes subjacentes a uma qualquer área do conhecimento ou fenómeno, identificando lacunas, buscando e sintetizando evidências dos estudos já realizados. Possibilita também identificar as principais características relacionadas a um conceito (Amendoeira, 2022; Oliveira, *et al.* 2023; Arksey; O'malley, 2005).

Um dos aspetos fundamentais desta metodologia é a de não se circunscrever a análise da qualidade dos estudos em revisão, mas a de desenvolver um mapa da literatura existente e o seu conteúdo e contributo, para o caso específico, para a extensão universitária (Amendoeira, 2022).

Para a concretização deste modelo de pesquisa, foi necessário ter em atenção as seguintes fases de implementação: identificar a questão de pesquisa; identificar estudos relevantes; selecionar os estudos; organizar/mapear os dados recolhidos; compilar, resumir e relatar os resultados; e exercício de consulta (Arksey; O'malley, 2005)

Neste caso, o estudo tem como objetivo analisar a literatura relacionada à extensão universitária em todos os seus aspetos: histórico, suas tentativas de definição, as suas modalidades e o seu modo de organização. De forma a orientar o processo de recolha dos dados, foram elaboradas duas questões de pesquisa: O que diz a literatura acerca da extensão universitária? (história e conceitos); como se organiza e funciona a extensão universitária?

Para dar respostas às questões apresentadas e consequentemente ao objetivo do estudo, o processo de investigação foi organizado com vista a: identificar as palavras-chave e a partir delas foram feitas as pesquisas



constantes no Quadro 1, em cinco bases de dados que permitiram recolher o máximo de dados a propósito do tema em estudo: SCOPUS; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Google Scholar; Scientific Electronic Library Online (SCIELO); e Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), para o período temporal de 10 anos, entre 2013 e 2023, pois, tendo em atenção a velocidade com que as mudanças ocorrem nas novas sociedades, é necessário que a bibliografia usada seja atual, de forma a evitar que teorias e conclusões refutadas sejam naturalizadas e, assim, garantir que a pesquisa seja fundamentada, relevante e atual. (Thomas, 2023). Para esse efeito, consideramos como critérios de inclusão e de exclusão, após análise dos documentos identificados, os registados no Quadro 2.

Quadro 1. Algoritmo da pesquisa

Estratégia de pesquisa/ algoritmo	
Palavras-chave: Extensão universitária, contextos de extensão, práticas de extensão, gestão da universidade	
Extensão Universitária AND conceitos	Extensão AND Universidade
Extensione And Universitá	Extension AND University
Extensão Universitária AND Contextos	Extensão AND Gestão da Universidade
Práticas AND Extensão	Gestão AND Extensão Universitária
Extensión AND Universidad	Atividades AND Extensão

Fonte: Elaboração dos autores.

Para melhor organização da recolha de dados, foram aplicados em primeiro lugar, critérios de inclusão e, a posteriori, critérios de exclusão (Quadro 2)

Quadro 2. Critérios de inclusão e de exclusão

Critério	Inclusão	Exclusão	Motivo da exclusão
Línguas	Português, Italiano, Espanhol, Inglês	Pesquisas escritas em outras línguas	Sem bases acerca de outras línguas
Escala temporal	2013-2023	Estudos feitos fora deste horizonte temporal	Por uma questão de lógica metodológica
Contexto de interesse	Ensino Universitário	Ensino de Base e Secundário	A extensão é feita pela Universidade

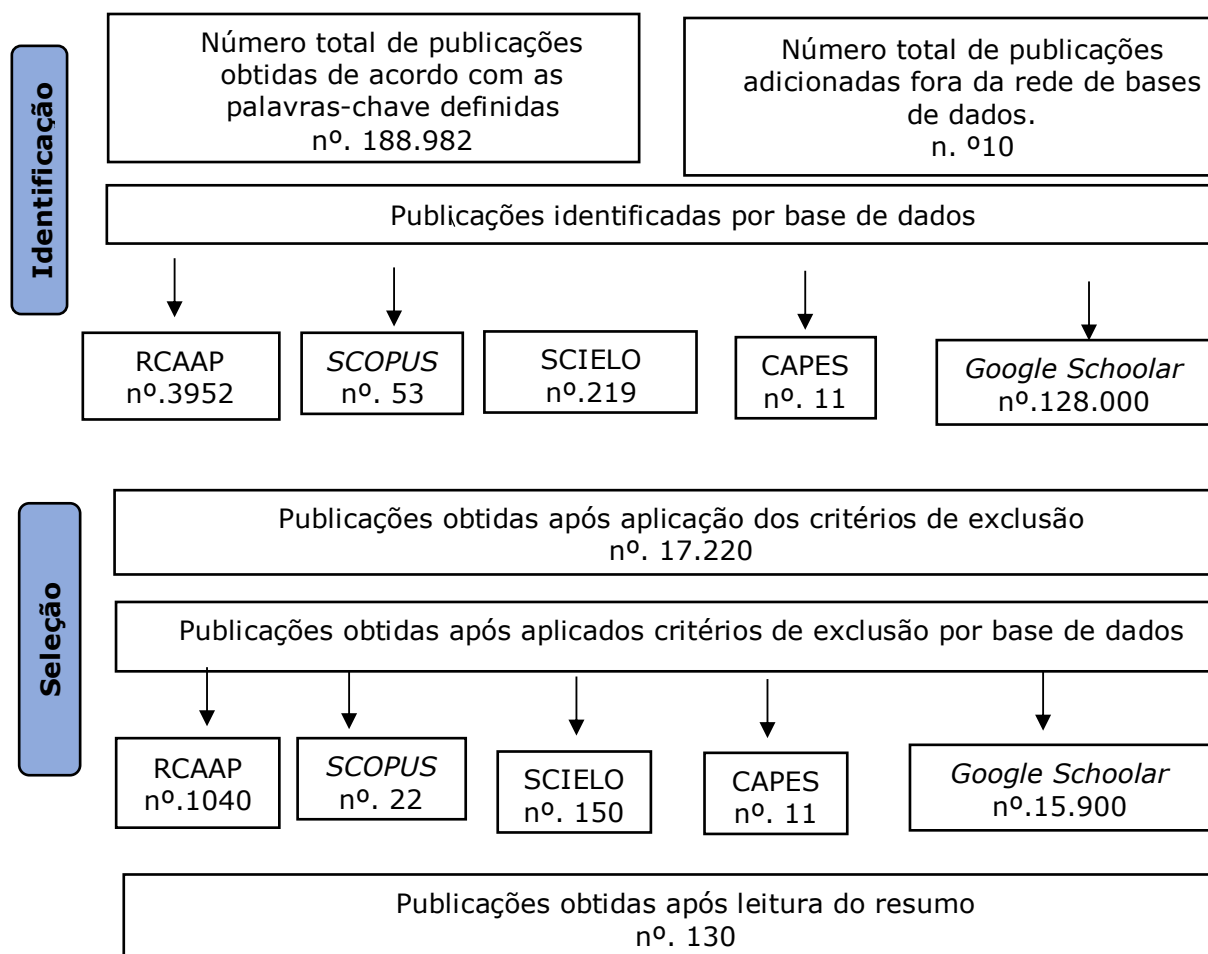


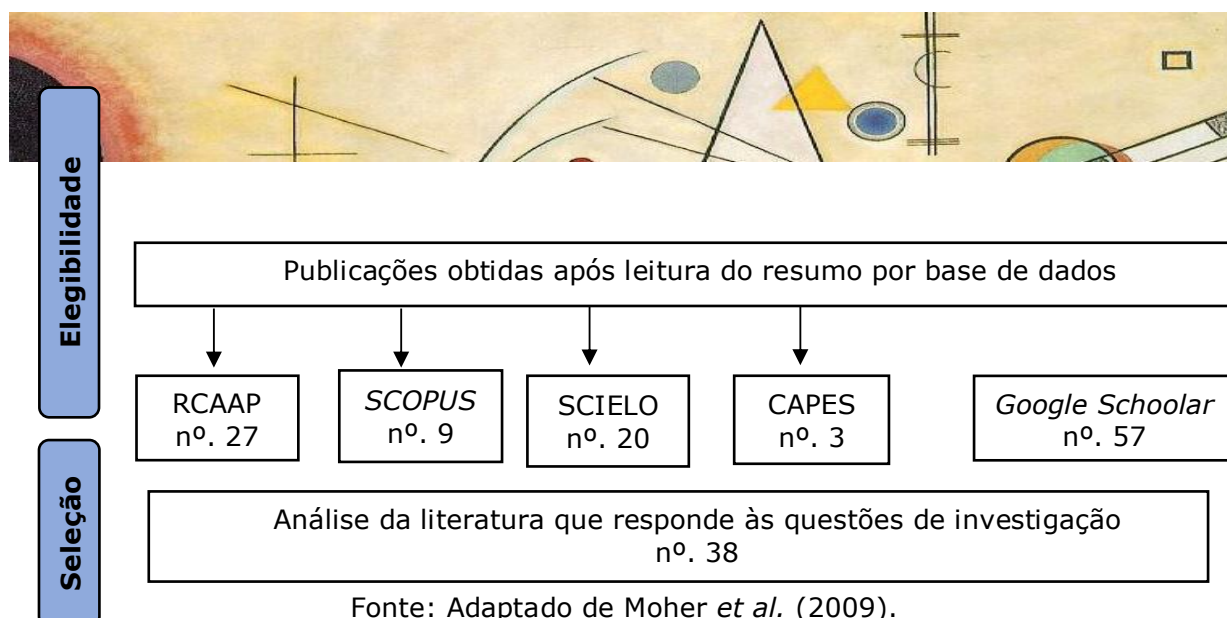
Tipo de publicação	Publicadas em revistas científicas INDEXADAS, e teses de doutoramento	Qualquer estudo que não obedeça aos critérios científicos exigidos e e nos meandros do ensino superior	Outros estudos podem não ter a validade científica necessária
Literatura ou conteúdo das publicações	Que contenham estudos acerca do histórico da extensão universitária, suas modalidades, seus contextos, definições e organização	Estudos com pouca ou mesmo sem referência à extensão universitária.	Não cumpre com o objetivo da pesquisa

Fonte: Elaboração dos autores.

A utilização de critérios de inclusão e exclusão confere maior qualidade ao estudo de pesquisa. Portanto, o processo de seleção foi elaborado de acordo com o *Preferred Reporting of Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis* (PRISMA) (Moher et al., 2009), presente na Figura 1.

Figura 1. PRISMA, adaptado à presente pesquisa





Da Figura 1, ressalta, num primeiro momento, um total de 188.978 publicações. Todavia, após a aplicação dos critérios de seleção, no caso, horizonte temporal e a língua, foram pré-selecionados 17.220. Importa referir que das cinco plataformas, o *Google Scholar* foi o que mais textos apresentou (n= 128.000). Tendo em conta a variedade de informações e tipos de documentos, para além da leitura e dos títulos, em alguns casos (n=355), foi necessário fazer também a leitura dos resumos. Aplicando os outros elementos de inclusão (cf. Tabela 2) e respeitando a fase da “elegibilidade” (Moher et al, 2009), o número foi reduzido para 130. Após a leitura mais cuidada dos resumos e da introdução e tendo em atenção as questões de pesquisa, foram selecionados 38, destes, 34 são artigos científicos e 4 são teses de doutoramento. Quanto aos 10 artigos selecionados fora das plataformas pré-selecionadas, importa referir que, uma vez que nem todos os países usam a expressão extensão, e as atividades ligadas a esta estão diretamente ligadas a programas governamentais, as palavras-chave selecionadas não os identificaram. Apesar disso, o seu conteúdo é pertinente para a presente pesquisa. Posteriormente, os trabalhos, foram divididos em função de cada uma das questões de pesquisa, conforme o quadro 3, 23 para a primeira questão e 15 para a segunda.



Quadro 3. Distribuição dos documentos por questão de pesquisa.

O que diz a literatura acerca da extensão universitária?		
Tópicos	Contributos	Autores
Evolução histórica	Extensão como função social. Concepções e evolução histórica em diferentes contextos	Camillone Et Al. (2020); Paula (2013); Gámez (2015); Oliveira; Goulart (2015); Kirkwood (2018); Gomez (2022);
	Extensão na perspectiva do encontro Perspetivas evolutivas Transformação social	Andrade, Et Al. (2019) Castañeda-Meneses Et Al. (2021); Gadotti (2017); Reed, Et Al. (2015); Cano; Flores. (2023).
Desafios conceituais	Conceito em constante construção. Financiamento e sustentabilidade.	Coelho (2015); Cunha (2018); Rodrigues; Cruz (2023); Pires Da Silva (2020); Incrocci (2019); Fraga (2017); Mendonça (2021); Mosquera; Carvajal (2021); Monge-Hernández <i>et al.</i> (2021); Santos Jr. (2013); Taylor; Miller (2016);
Como se organiza e funciona a extensão universitária		
Modelos de Implementação	Extensão como aprendizado prático. Curricularização Diferentes abordagens metodológicas.	Ayres (2015); Imperatore <i>et al.</i> (2015); Miguel (2023); Bonifácio; Santos (2020); Cristofolletti & Serafim (2020); Kavela, <i>et al.</i> , (2023);
Desafios Operacionais	Integração curricular. Qualidade e avaliação	Leitão (2019); Santos (2020); Júnior; Silveira (2016).
Impacto Social	Promoção da educação e desenvolvimento social. Auxílio para a Responsab social da Universidade	Puhl (2016); Marandino (2013); Zavaro-Pérez (2023); Menéndez, (2023).

Fonte: Elaboração dos autores.

3. Resultados e Discussões

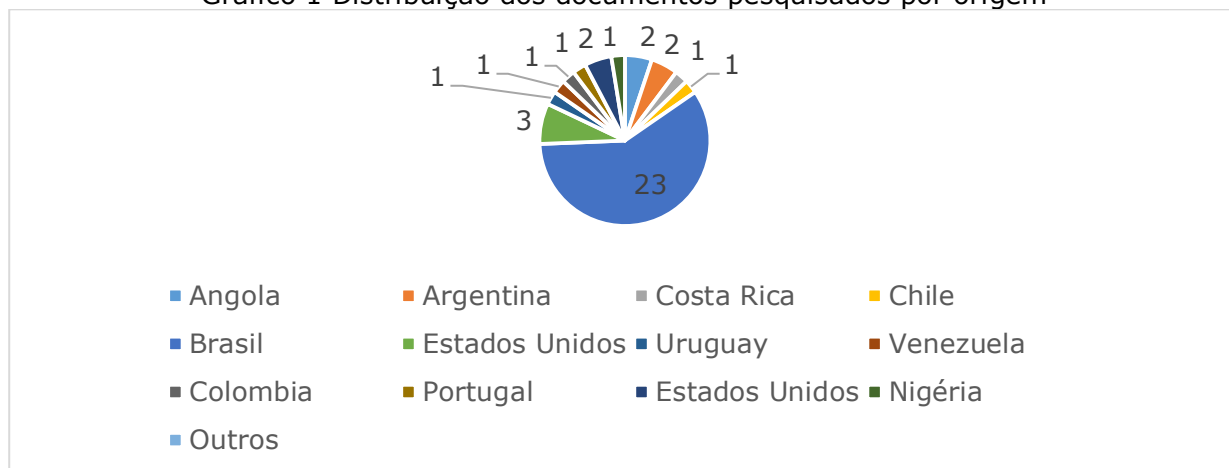
Da análise, percebemos que a nível da metodologia escolhida pelos autores, há uma predominância da abordagem qualitativa com recurso à pesquisa bibliográfica e documental (n=18); seguida de estudos de caso (n=7), com abordagem qualitativa (dos quais, 1 é uma tese de doutoramento); outros descreveram a sua metodologia como sendo pesquisa histórica com recurso à pesquisa bibliográfica e documental (n=7); as outras duas teses selecionadas, apresentam estudos com abordagem qualitativa; três autores optaram pela abordagem quantitativa e, por fim, um artigo de



abordagem mista. Importa referir que há ainda três artigos que não mencionaram qual a metodologia usada. Nestes casos, foi necessário identificar a metodologia utilizada, através dos objetivos, procedimentos e da interpretação dos resultados.

Países como a China, Austrália, Estados Unidos e países africanos de expressão inglesa, como Zimbabué, Nigéria e África do Sul, quando se referem às questões ligadas à extensão, concentram-se maioritariamente na extensão rural, ligada à preparação técnica dos agricultores e está vinculada à produção e distribuição alimentar.

Gráfico 1 Distribuição dos documentos pesquisados por origem



Fonte: Elaboração dos autores.

Vale ressaltar que, no Gráfico 1, a menção a "outros" corresponde a estudos feitos em contextos diferentes (artº. nº. 3), países que realizam extensão universitária, mas, não estão citados ao longo do texto (artº. nº. 4), perfazendo um total de sete estudos.

Constatou-se, portanto, que, questões relacionadas à extensão universitária são muito debatidas em países da América Latina (n=28). Especialmente no Brasil (n=23), conforme o gráfico.



3.1 O que Diz a Literatura Acerca da Extensão Universitária?

A questão da extensão universitária apresenta-se como uma resposta a reivindicações sociais próprias e inerentes à evolução e democratização do ensino superior. Ela é, no tripé, o elemento fundamental na discussão social das universidades.

A extensão universitária, enquanto prática, tem registro no início no século XIX. “Em seu surgimento, a Universidade buscou também, por meio da prestação de serviços, diminuir a pressão dos movimentos sociais, formados por grupos de intelectuais de universidades populares europeias e sectores marginalizados” (Oliveira; Goulart, 2015, p. 10). Para corresponder a demandas sociais, decorrentes do desenvolvimento das indústrias e da necessidade de operários qualificados, pelas universidades de Cambridge, Oxford, seguidas das universidades de Léipzig, Berlim, Hamburgo e Munique, que precisavam de “limpar” a sua imagem de elitistas, em princípio, como atividades de extensão, foram criados trabalhos filantrópicos e alianças populares que ofereciam cursos gratuitos às populações, dando um carácter assistencialista e de prestação de serviços, muito presente numa época em fervoroso desenvolvimento. (Mosquera-Abadía; Carvajal-Ordoñez, 2021; Silva, 2016).

Em Portugal, assim como em outros países da Europa, a universidade foi marcada por diferentes fases e uma delas, foi exatamente a exigência de uma maior interação com as comunidades na base da responsabilidade social. Movimentos estudantis dos anos 70, segundo Santos (1999), serviram de porta-vozes mais insistentes na cobrança de uma maior intervenção da universidade na comunidade. Apesar das atividades e programas de extensão serem organizados, houve uma certa prudência por parte das universidades portuguesas para que as intervenções destes programas fossem maioritariamente técnicas, no sentido de não substituir



outras instituições sociais, bem como ter um distanciamento seguro dos conflitos sociais. (Santos, 1999, pp.179-181). Importa referir que, atualmente, “na Europa continental o termo correlato à extensão mais adotado é “Terceira Missão” (*Third Mission*), e subdivide-se em três sub-áreas: Educação Continuada, Transferência de Tecnologia e Inovação e Engajamento Social”. (Teixeira, 2015, p. 59)

O processo de partilha de informação da universidade com os movimentos sociais e comunitários na Europa, através do assistencialismo (Weber; Flach, 2019), serviu de *input* para a disseminação do conceito e da prática extensionista, iniciada e disseminada no continente americano através da “*American Society for the Extension of University Teaching*” e decorrente de iniciativas propagadas pela Universidade de Chicago, em 1892, seguido da universidade de Wisconsin que deu um grande impulso à extensão universitária. (Dantas; Guenther, 2021; Ima-Panzo, 2018; Oliveira; Goulart, 2015). Vale ressaltar que a história das universidades nos Estados Unidos apresenta um forte pendor empresarial, económico e de produção agrícola e tecnológico-científico (Arksey; O'malley, 2005; Camillone, 2020; Ima-Panzo, 2018). Ora, o modelo de extensão, baseado no Serviço de Extensão Cooperativa, tem como finalidade fornecer às comunidades rurais recursos para apoiar e melhorar a vida e a indústria, através da partilha de conhecimentos acerca da economia doméstica, política pública, artes mecânicas, agricultura, e, nos últimos tempos, suporte à criação de espaços de aprendizagem virtual. (Kirkwood, 2018; Reed, *et.al*, 2015; Ribeiro, 2016; Taylor; Miller, 2016)

Na América Latina, por exemplo, apesar da influência do modelo europeu, a extensão universitária ganhou destaque após o Manifesto de Cordova, em 1918, na Argentina. O manifesto em referência decorreu das reivindicações dos estudantes que clamavam por uma educação superior menos elitista, menos autoritária e mais conectada com a realidade social. A



ideia é deixar cair modelos e métodos de ensino do tipo escolástico e, desse modo, acabar com “a permanência vitalícia dos docentes em seus cargos mediante as cátedras universitárias; a não participação estudantil nas decisões do governo universitário; o acesso limitado à universidade, sendo os jovens de famílias da classe alta (homens), dedicadas à política e/ou comércio, aqueles que ingressavam nestas instituições” (Abba; Strek, 2021, p. 8).

A esta altura, a extensão era vista na perspectiva da transferência do conhecimento, através da oferta de cursos de extensão à população sem acesso à informação e formação. (Cunha, 2019; Fraga, 2017; Menoni; Flores, 2023; Paula, 2013; Santos, 2020)

No que respeita às universidades em Angola, desde o seu início, a finalidade passava por ensinar, instruir, investigar e atuar junto da comunidade através das atividades de Extensão. (Silva, 2000, p. 162). De cariz assistencialista, herdado do contexto português, pós-Independência, cada instituição criada ao longo dos anos, foi realizando atividades de extensão, apesar da inexistência de legislação específica para o efeito (Panzo, 2018; Kavela, *et al.*, 2021; Silva, 2016). A partir de 2015, ano em que foi criada a figura de Pró-Reitor para a Extensão, as atividades assumem um cariz diferente, mormente no campo da carreira docente, da participação dos alunos e na “percepção sobre a necessidade de a universidade estar mais próxima da sociedade no cumprimento da sua responsabilidade social” (Chocolate; Brás, 2018, p. 54). Ainda assim, e apesar de nas linhas orientadoras de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no estatuto de criação das universidades se preverem e serem requeridas atividades de extensão, sem que haja um instrumento regulador a nível nacional, nota-se ainda uma desvalorização destas atividades, tendo em conta que, todos os sinais de desenvolvimento, investimento e interesse se circunscrevem à investigação científica. A dificuldade de diálogo entre a



universidade e a comunidade é um obstáculo a equacionar. (Chocolate; Bras, 2018; Ima-Panzo, 2018)

A perspetiva dos modelos de extensão universitária dos países da Europa, da China e dos países africanos de expressão inglesa (África do Sul, Nigéria, Zimbabwe), inscrevem como foco a transferência de tecnologia e a melhoria dos serviços prestados. Nos países anglófonos, predomina o investimento na extensão ligada à educação agrícola e tecnológica. (Camillone, *et al.*, 2020; Masere; Worth, 2021; Mgbenka, *et al.*, 2015; Keba, *et al.* 2023). De modo particular, os EUA optaram por um modelo cooperativo de extensão que tem como objetivo a promoção de informação e desenvolvimento de competências que permitam que as comunidades, as famílias e os indivíduos sejam autónomos e capazes de solucionar os problemas que se lhes apresentam. Este processo é feito através de um processo educacional, cujo método científico se baseia nas necessidades do contexto. (Silva; De Oliveira, 2010)

Para o caso da América latina, do Brasil, de Angola e Moçambique, a intervenção da universidade através da extensão, serve como auxílio ao governo através do “desenvolvimento de ações sociais diretas, de intervenções promotoras da cidadania e formas de fomento do protagonismo local” (Incrocci, 2019, p. 97)

Nestes contextos, coabitam diferentes modelos para além do assistencialista, como é o caso do modelo de extensão “semi-perfeito ou semi-ingénuo” proposto por Panzo (2018, p.159-16) qualificado pelo assistencialismo e pela prestação de serviços de apoio à comunidade, mas, tem vinculação curricular, no sentido em que, as atividades advêm de uma disciplina ou unidade curricular.

O modelo “Académico” Jesine, (2006) ou “não assistencialista” (Gadotti, 2017, p. 2) é caracterizado pela busca de um equilíbrio dialógico na partilha de conhecimentos com a comunidade. A intenção é acionar o diálogo



entre o conhecimento popular e o conhecimento científico (Freire, 1977), e assim possibilitar o desenvolvimento de um “modelo perfeito, gnosiológico” (Panzo, 2018), coerente com os princípios básicos da extensão universitária e, desse modo, impulsionar ações de integração curricular, de desenvolvimento de competências e dos valores necessários ao perfil dos estudantes à saída do ensino universitário. O enfoque é proporcionar a interação e a participação de agentes da comunidade, a intervenção e participação de docentes e investigadores e, simultaneamente, vincular políticas públicas de desenvolvimento do país. (Panzo, 2018, p. 159)

Na prática, os modelos oscilam entre concepções mais assistencialistas, mais acadêmicas ou mais mercantilistas (Jesine, 2006; Júnior, 2013).

Importa sublinhar que o desenvolvimento das práticas de extensão universitária usufruiu, ao longo dos tempos, da influência de Paulo Freire (1985), cujo pensamento se consubstancia na comunicação assertiva e na relação dialógica, procedimentos que, nas palavras do pedagogo brasileiro, nem sempre são efetivos na prestação de serviços e nas interações entre instituições educacionais e as comunidades (Freire, 1985, p. 45). Comunicar “implica reciprocidade que não pode ser rompida” (p.45). Isto é, “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (Freire, 1985, p.46). As atividades de extensão universitária, requerem estrutura, regulamentos e organismos administrativos que as organizem, orientem e monitorizem.

No caso do Brasil, é através do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras (FORPROEX, 1987) que se organiza e cria políticas de interação entre a universidade e a comunidade, coordena a Rede Nacional de Extensão Universitária e o sistema de informação e divulgação da extensão.



Da literatura coeva, percebemos que as definições e modelos de extensão universitária são diversos e assumem natureza e âmbito diverso. (Andrade, *Et Al.* 2019; Coelho, 2014; Cristofolletti; Setafim, 2020; Santos, 2020). Assim sendo, a Extensão Universitária é considerada

uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento (...), a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. (FORPROEX, 1987, p.11).

Da revisão da literatura, identificamos vários significados associados à prática da extensão universitária, a partir dos quais se perspectivam princípios e máximas que os agrega e diferencia. A máxima que ressalta em todos é “a construção ou (re)construção do conhecimento (Thriollent, 2002, p. 66), articulado e capaz de “colocar a universidade em contacto com os problemas prioritários das comunidades” (Gámez, 2015, p. 113), gerar “um processo contínuo e permanente através do qual o aluno se desenvolve”(Hernández, *et al*, 2018, p. 8) e, assim, contribuir para “a transformação da realidade social pela prática acadêmica de utilização de conhecimento e interação dialógica com a comunidade (Panzo, 2018, p. 115). Para a melhoria da educação, importa mobilizar todas as oportunidades para, em comunidade, promover a educação inclusiva, plural e solidária.

A educação, em cada momento, reclama sempre a necessidade de contextualização (e.g. histórica, social, cultural, económica), pressuposto que justifica a diversidade de conceptualização de extensão universitária (Ayres, 2015; Júnior; Da Silveira, 2016; Mendonça, 2021).

Neste devir, Ayres, em 2015, propõe a categorização da extensão universitária em cinco dimensões:



- a) A extensão como curso, que enquadra todas as áreas de estudo da universidade;
- b) A extensão como prestação de serviços, que corresponde ao desenvolvimento de um produto (e.g. consultoria, projeto comunitário);
- c) A extensão como complemento do ensino e pesquisa;
- d) A extensão como “remédio”, para compensar falhas do processo de ensino; e
- e) A extensão como instrumento político-social, como apoio às políticas públicas de impacto social.

Seis anos depois, em 2021, Mendonça, apresenta os princípios que informam a extensão - Interação dialógica: interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão; impacto na formação do estudante; e impacto na transformação social” (p. 72). Cada um dos princípios atua em conexão, mediando saberes, populares e acadêmicos, enquanto se problematizam os benefícios interinstitucionais. Estando a extensão universitária ligada a questões práticas do ensino e da pesquisa, o estudante que participa nas suas atividades tem contato direto com o conhecimento prático e experiências de vida real (Mendonça, 2021, pp. 72-73).

Apesar disso, discute-se o nível de inclusão das suas atividades na carga horária dos currículos dos cursos de graduação, principalmente no que respeita às questões de interdisciplinaridade e da indissociabilidade (Andrade, *et al.* 2019; Menoni; Flores, 2023; Santos, 2020). A possibilidade de a extensão ser parte do currículo da formação de professores é uma questão a merecer maior atenção (Santos; Bonifácio, 2020), isto porque o processo de formação de professores precisa de “ampliar o lócus da formação inicial” (Zeichner, 2010, p. 492), no sentido de reconhecer e valorizar o



conhecimento que a comunidade proporciona à universidade e esta à comunidade. (Rodrigues; Da Cruz, 2023)

Incluir a extensão universitária no currículo dos cursos implica mudança e uma outra visão para projetar ações acadêmico-científicas e “a reflexão sobre a construção e socialização do conhecimento científico e tecnológico, tendo em vista as suas implicações no contexto das relações sociais” (Miguel, 2023, p. 4). Cumprir a responsabilidade social é desafiar o perfil ético do estudante e as dinâmicas de aproximação à comunidade e à sociedade (Silva, 2020; Ribeiro, 2011).

Nesta perspectiva, a pesquisa remete-nos para a necessidade de pensar a extensão universitária na linha de ações conjuntas, cooperativas e colaborativas, em ordem a promover um debatesaudável e, a partir dele, identificar o que ensinar, o que investigar, como e para que fim e para que sociedade, bem como, no contacto com a comunidade, construir e assumir um saber integrado e responsável.

3.2 Como se Organiza e Funciona a Extensão Universitária?

A extensão universitária faz parte dos “pressupostos de funcionamento das instituições de ensino superior” (Kavela, *et al.*, 2021, p.95). Ela é organizada e funciona conforme a instituição e o país. As suas atividades são realizadas tendo em atenção os seus princípios e a sua especificidade (Andrade, *et al.* 2019; Coelho, 2014; Santos, 2020).

No que respeita à gestão e atuação, a extensão universitária, nos casos estudados, rege-se por um regulamento próprio, tendo como coordenador principal o Pró-Reitor para a Extensão ou os Chefes dos Departamentos de Ensino e Investigação, que têm a responsabilidade de planificar e gerir projetos, coordenar e avaliar programas e as ações de extensão dentro e fora da universidade, bem como estabelecer contatos e protocolos com o



Governo e outras organizações não governamentais (Brás, 2019; Chocolate; Brás, 2018; Imperatore, 2015; Mendonça, 2021; Panzo, 2018).

Fica claro que as modalidades assumem e traduzem as ações e as formas de interação a desenvolver com os diferentes públicos, contextos e interesses. Na maioria dos casos, os planos são de carácter multidisciplinar e generativos (Cristofolletti; Setafim, 2020).

A propósito, vários autores (e.g. Cristofolletti; Setafim, 2020; Imperatore, *Et Al.*, 2015; Mosquera-Abadía; Carvajal-Ordoñez, 2021; Oliveira; Goulart, 2015) referem que a extensão universitária pressupõe ações de diferente natureza (Júnior; Da Silveira, 2016). Áreas e domínios que incluem questões relativas à Educação, Saúde, Cultura, Trabalho, Meio Ambiente, Comunicação, Direitos Humanos e Justiça, Tecnologia de Produção e outras atividades que podem ser integradas de forma pedagógica através do currículo. (Paula, 2013, Pp. 20-21; Silva; Fonseca, 2020) Evidentemente, as atividades de extensão são precedidas por um diagnóstico de necessidades da comunidade, tendo em conta o sentido e a articulação entre conteúdos e “desconstrução do problema e a busca de soluções” (Pérez, 2023, p.6)

A pensar na melhoria, Cristofolletti e Setafim, (2020), apresentam nove dimensões metodológicas analíticas para a extensão universitária. Cada uma delas faz referência aos passos a seguir para colocar em prática projetos e atividades de extensão universitária.

Quadro 4. Dimensões metodológicas analíticas da extensão universitária

Dimensão	O que analisa	Como se identifica / operacionaliza
1. Quem faz extensão	Atores envolvidos	Docentes, estudantes, instituições e gestores universitários que planificam e executam; observar interação com grupos externos.
2. A quem se destina	Públicos-alvo	Indivíduos, comunidades, ONGs, empresas, estado;



		observar envolvimento e participação.
3. Como se materializa e institucionaliza	Atividades, estrutura e integração	Recursos utilizados, metodologia, relação com ensino e pesquisa, inserção institucional, frequência e processo; adequação oferta-demanda.
4. Por que se faz extensão	Objetivos e motivações	Intenções das ações: desenvolvimento social, altruísmo, compromissos políticos e sociais.
5. Que conhecimento é partilhado e como	Tipo de conhecimento e metodologia	Conhecimento técnico, científico, artístico; uso de metodologias participativas e dialógicas.
6. Impactos e benefícios	Efeitos internos e externos	Diferenças observáveis nas comunidades e na universidade; impactos diretos e indiretos.
7. Legitimidade	Valorização social e institucional	Como a prática é justificada e percebida por atores internos e externos.
8. Compromisso social da universidade	Problemas e atores priorizados	Temas e segmentos que a universidade escolhe apoiar institucionalmente.
9. Inserção histórica e contextual	Contexto ampliado da prática	Relação com a história da universidade, conjuntura política, social e cultural.

Fonte: Adaptado de Cristofolletti & Setafim. (2020, pp. 11-16)

Compreende-se, portanto, que a interação da universidade com a comunidade através da extensão, permite que a universidade, segundo Morin *et al.* (2007), consiga problematizar os princípios do conhecimento e problematizar o que aparenta ser a solução; pautar por um pensamento complexo, capaz de “ligar, contextualizar e globalizar; promover a transdisciplinaridade”. (p.22)

É fulcral a existência de estímulos ao pensamento complexo, a fim de ativar e permitir o entrelaço de diferentes saberes (Morin, *et al.*, 2007, pp. 22-24). Compreender o valor da comunidade na melhoria e qualidade das aprendizagens e da vida universitária é a possibilidade de promover de forma saudável e sustentável o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida da/em sociedade.



3.3 Discussão

O surgimento da extensão universitária e sua evolução ao longo dos tempos revelam que, em momentos de grandes demandas sociais e tumultos populacionais, a universidade é convocada a fornecer respostas concretas. Os autores citados ao longo do texto, atestam que, historicamente, a extensão universitária começou como uma forma de prestação de serviços e, ao longo dos anos, evoluiu para um modelo de interação dialógica (Abba; Streck, 2021; Andrade, *et al.*, 2019; Cristofolletti; Setafim, 2020; Freire, 1985; Gámez, 2015; Huidobro, *et al.*, 2016). Esse processo reflete a necessidade de uma universidade mais conectada com as realidades sociais, desempenhando um papel ativo na promoção da transformação social. Panorama que reforça a natureza dialógica da extensão, mas não aprofunda, ainda, os resultados práticos dessa interação com a sociedade.

Tendo em atenção que o objetivo do presente estudo é o de apresentar uma *scoping review* acerca das práticas e contextos de extensão universitária, constatou-se que, dos estudos analisados (n=38), grande parte dos autores (n=30) apresenta um contexto de extensão cujo interesse se consubstancia na identificação e resolução de problemas sociais interagindo diretamente com as comunidades e servindo de suporte ao Estado no reforço da cidadania, da justiça social e na formação prática. Outros (n=8), apresentam um contexto no qual, têm como vital o desenvolvimento tecnológico e a melhoria da produção comunitária, onde, a universidade fornece profissionais qualificados para auxiliarem os cidadãos a aprimorar as suas técnicas de produção, ao mesmo tempo que, contribuem para o comércio de bens alimentares.

Parte dos escritos sobre o tema focam-se, na história, definições, análise de projetos específicos, programas e políticas institucionais ou nacionais (e.g. Abba; Streck, 2021; Brás, 2018; Chocolate; Brás, 2018;



Coelho, 2014; Gadotti, 2017; Gámez, 2015; Júnior, 2013; Oliveira; Goulart, 2015).

Nogueira (2019), ao explorar a extensão universitária no Brasil e na Argentina, destaca que essa função acadêmica pode ser uma via para promover a diversidade e a interculturalidade dentro da universidade. A autora argumenta que a “extensão pode contribuir para a descolonização do pensamento (...) e valorizar os saberes locais e regionais” (p. 23), sendo um espaço privilegiado para o diálogo entre conhecimentos científicos e comunitários.

Na verdade, a falta de uma definição consensual de extensão universitária dificulta a padronização de modelos, modalidades de intervenção e a sua integração no currículo universitário. É facto que percebemos a existência de uma convivência entre modelos de extensão assistencialistas e modelos de extensão emancipadores, mas também se observa uma crescente adesão a um “modelo mercantilista” (Júnior, 2013, p. 302), decorrente do neoliberalismo económico, que aponta desafios contínuos na/para a construção de um modelo de extensão transformador, que atenda às necessidades da sociedade sem cair em práticas que priorizem interesses de outra ordem que não os que visam a missão primeira das universidades e do desenvolvimento humano, isto é, o desenvolvimento de atividades de formação académica- profissional de alto nível, da investigação científica e da extensão universitária, em todas as áreas do saber (Art.º 3º do Decreto Presidencial nº.310/21)

Autores como Paulo Freire (1985), Ima-Panzo (2018) e Santos (2015) são frequentemente citados na literatura sobre extensão universitária, pois, as suas intervenções críticas questionam o papel da universidade e a sua interação com a sociedade. É evidente na obra de Freire (1985) a extensão universitária como uma prática dialógica e emancipatória, onde o conhecimento é construído coletivamente. A extensão universitária tem o



potencial de provocar mudanças profundas, tanto dentro quanto fora da universidade.

As agendas de produção de conhecimento, quando baseadas na interação com a sociedade, tornam-se espaços privilegiados de aprendizagem, onde a interdisciplinaridade se faz indispensável para enfrentar problemas concretos e complexos. Além disso, esses espaços são fundamentais para o diálogo com saberes que não fazem parte do campo científico formal, promovendo uma maior integração entre diferentes formas de conhecimento (Menendez, 2023).

Partindo da perspectiva de que “toda a educação pressupõe e envolve sempre uma determinada concepção do homem e da vida e deve manter como centro a pessoa na sua identidade global, histórica e transcendental” (Azevedo, 2011, p. 126), a extensão universitária enfrenta o desafio de se articular com o sistema de aprendizagem por competências proposto pela UNESCO (2022). A interdisciplinaridade e o envolvimento de estudantes, professores e gestores são essenciais para a inovação curricular, promovendo a empregabilidade e melhorando a avaliação de estudantes, docentes e instituições (Coelho, 2014; Meneses *et al.*, 2021; Silva, 2020). A extensão universitária, facilita a inovação científica, mas também promove a intervenção no setor produtivo, contribuindo para o desenvolvimento de patentes, licenças e novos conhecimentos que geram benefícios a longo prazo (Cristofolletti; Setafim, 2020; Fraga, 2017; Imperatore, *et al.*, 2015; Incrocci, 2019; Kirkwood, 2018; Mgbenka, *et al.*, 2015).

Além de promover o desenvolvimento científico e tecnológico, a extensão universitária traz uma nova dimensão ao ensino e à aprendizagem, ao fomentar uma relação direta entre o estudante e a comunidade (Ayres, 2015; Cunha, 2019; Panzo, 2018; Miguel, 2023). Nesse sentido, a extensão universitária é uma ferramenta essencial para a transformação social, rompendo com modelos e práticas tradicionais, de natureza assistencialista



para assumir um papel mais ativo na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

4. Conclusão

Conclui-se, portanto, que, fazer o estudo acerca da extensão universitária usando a *scoing review* como método, permite perceber a evolução que se observa na literatura sobre este objeto de estudo, bem como as fragilidades do mesmo. Apesar de o conceito de extensão ser conhecido e compreendido, a escassez de estudos sobre procedimentos concretos, ações e resultados visíveis nas comunidades e nas próprias universidades é notória.

Importa, pois, compreender que a extensão universitária, apesar de desempenhar um papel crucial na interação entre a universidade e a sociedade, oferecendo um caminho para a transformação social e o fortalecimento da cidadania, tem pela frente muitos desafios a superar, como é o caso da institucionalização da extensão, a sua inserção nos currícula, a clara delimitação e interconexão entre a teoria e a prática curricular e o efetivo benefício para o estudante e para o professor, para além das comunidades, bem como, a avaliação permanente do impacto das atividades que se oferecem para que haja efetivamente transformação social. (Brás, 2018; Brás, 2019; Cristofolletti; Setafim, 2020; Panzo, 2018; Imperatore, et al., 2015; Santos; Bonifácio, 2020)

Assim sendo, fica-se por se responder a questões que poderão servir como base para pesquisas posteriores conforme as que seguem: porque é que em países mais desenvolvidos, entre os quais europeus, EUA, China, África do Sul e outros mais, optam por um modelo de extensão mais ligado às questões económicas de produção e aprimoramento da agricultura e da tecnologia, e os países Latinos, Brasil, Angola, Moçambique optam por um

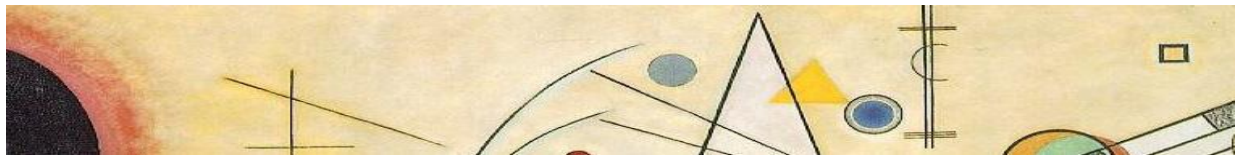


modelo mais ligado a questões sociais e educacionais? Como integrar as atividades de extensão nos currículos dos cursos, quais os critérios de seleção das modalidades? Extensão ou Responsabilidade Social da Universidade? Como os docentes se devem organizar para levarem a efeito as atividades de extensão, tendo em conta as exigências dos estatutos da carreira docente?

Importa ainda referir que, dos autores estudados, foi possível constatar que boa parte dos países cujas universidades têm programas e projetos de extensão universitária, não dispõem de um dispositivo legal nacional no qual se basear, como é o caso do ensino e da investigação. Presume-se, neste caso, que existe dentro do tripé – ensino, investigação e extensão universitária –, uma tendência a conferir maior valor ao ensino e à pesquisa, em detrimento desta última.

A extensão universitária é ainda uma questão a merecer maior atenção. Pois, a sua operacionalização, carece de um consenso a nível da sua definição, modalidades e contextualização. É necessário reconhecer valor ao poder do conhecimento popular e das comunidades para que a universidade seja um ente socialmente responsável (Gámez, 2015; Panzo, 2018; Santos, 1989; Silva, 2000).

É nossa convicção que, ao vincular a comunidade à universidade por meio da cultura, da educação cívica e da investigação científica, a extensão universitária melhora significativamente as condições de vida das populações e a sustentabilidade dos processos educativos, de produção científica e sociais.



Referências

ABBA, M. J.; STREK, D. R. A reforma de Córdoba 1887 e a internacionalização universitária na América Latina. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, p. 1-32, 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/22363459/102256>

ARKSEY, H.; O'MALLEY, L. Scoping studies: towards a methodological framework. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 8, n.1, p. 19-32, 2005. doi:<https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>

CAMILLONE, N., DUIKER, S.; BRUNS, M. A. Context, Challenges, and Prospects for Agricultural Extension in Nigeria. **Journal of International Agricultural and Extension Education**, 144-156, 2020.

CRISTOFOLETTI, E. C., & SETAFIM, M. P. Dimensões metodológicas da extensão universitária. **Educação & Realidade**, 45(1), 1-20, 2020.

FREIRE, P. (1985). **Extensão ou comunicação?** Brasil: Paz e Terra, 1985.

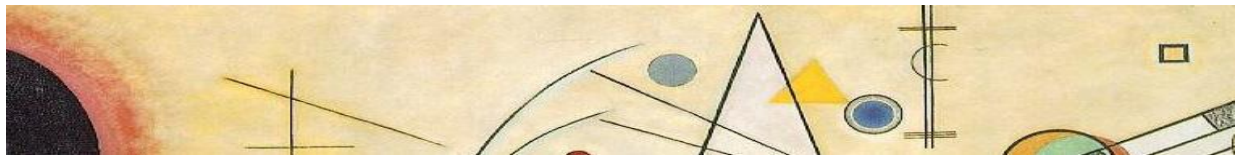
Gadotti, M. (2017). Extensão Universitária: para quê?, **Instituto Paulo Freire**, 1-18, 2017.

GOMEZ, S. D. **Extensão universitária em contextos emergentes de educação superior**: um estudo de casos comparados entre Brasil (UFSM) e Argentina (UNC), 2022. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2022.

HUIDOBRO, R. Á., ELSEGOOD, L., GARAÑO, I., & HARGUINTEGUY, F. La experiencia del trayecto curricular integrador trabajo social comunitario en la Universidad Nacional de Avellaneda: apuntes sobre un punto de partida. In: CERETTA, L. B., & VIEIRA, R. D., **Inserção curricular da extensão**: aproximações teóricas e experiências. (pp. 154-173). Criciúma - Santa Catarina: UNESCO, 2016.

IMA-PANZO, J. **Extensão Universitária em Angola. Tendências ações e projecções**. Luanda: MAYAMBA, 2018.

JÚNIOR, A. L. Universidade e Sociedade: uma relação possível pelas vias da extensão universitária. **Revista Inter-legere**, 293 – 335,



2013.

KAVELA, P. C., JOSÉ, F. A., & VIANA, B. D. Problemática da Extensão Universitária como Desafio da Aprendizagem por Experiência: Caso da uma Instituição de Ensino Superior Angolana. **Revista Científica do ISCED-Huíla**, 2(1), 85-108, 2021.

KIRKWOOD, M. L. Rethinking Service: Visual Arts at the Land-Grant University and in Extension Programming. **The Journal of Extension**, 1-12, 2018

MASERE, T. P., & WORTH, S. Influence of public agricultural extension on technology adoption by small-scale farmers in Zimbabwe. *African Journal of Agricultural Extension (SAJAE)*, 25-42, 2021.

MENENDEZ, G. (2023). Una mirada crítica a la integralidad de las funciones sustantivas. Interrogantes y desafíos en torno a una perspectiva en construcción. **Revista de Extensión Universitaria**, 1 22, 2023.

MENENDEZ, G. C. Perspectivas históricas y prospectivas de la extension camino a los 100 años de la reforma universitária de 1918 em las universidades latinoamericanas y caribeña. In: **Extensão Universitária em Angola**. Por uma extensão Universitária de Matriz Ética e de Responsabilidade Social (pp. 12-37). Bengo-Caxito: MAYAMBA EDITORA, 2017.

MENESES, M. C.; *et al.*, Conceptos y contextos de la extensión universitaria en Chile. **InterCambios**, Montevideo, 8(2), 1-8, 2021.

MENONI, A. C., & FLORES, M. G. Tendencias de la Extensión Universitaria en América Latina: Chile, México, Uruguay y redes regionales. **Dilemas & debates**, 10(1), 46-61, 2023.

MIGUEL, J. C. A curricularização da extensão universitária no contexto da função social da universidade. *Revista Práxis educacional*, 19(50), 2-25, 2023. doi:<https://doi.org/10.22481/praxisedu.v19i50.11534>

MONGE-HERNÁNDEZ, C., *et al.*, Barreras para la institucionalización De la extensión universitaria: Experiencia de la Universidad Nacional, Costa Rica. **Revista eletrônica Educare**, 25(1), 1-24, 2021

MORIN, E.; ALMEIRA, M. D.; CARVALHO, E. D. **Educação e complexidade: Os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo:



Cortez, 2017.

Mosquera-Abadía, H. A.; Carvajal-Ordoñez, V. F. Interacción universidad sociedad a través de la función de extensión. **Entramado**, 17(1), 186-203, 2021. doi:<https://doi.org/10.18041/1900-3803/entramado.1.7230>

OLIVEIRA, F. D.; GOULART, P. M. Faces e fases da Extensão Universitária: Rotas e concepções, **Revista Ciência em extensão**, 8 27, 2015.

Oliveira, R.; Ramos, O.; Cabelo, J.; Chamusca, D. Medo de cair na pessoa idosa em meio hospitalar: Protocolo de scoping review. **Revista Científica: Pensar a Enfermagem**, 45-51, 2023.

PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, 1(1), 05-23, 2013.

REED, S.; SWANSON, L.; SCHLUTT, F. Timberline Manifesto: Seven Concepts Linking Extension and Engagement, **The Journal of Extension**, 53(4), 1-7, 2015.

Ribeiro, M. D. A educação superior Norte americana. gênese de um modelo. **História Educação**, 75-93. 2016 doi:<https://doi.org/10.1590/22363459/56594>

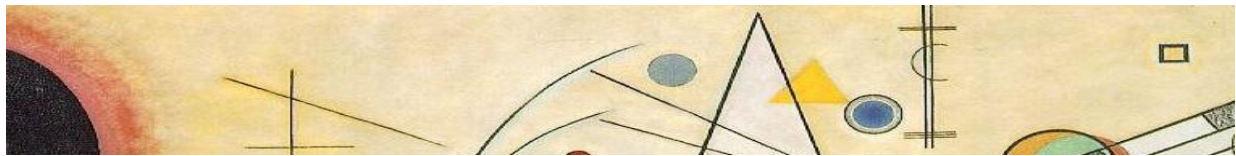
Rios, D. B.; Bustos, C. S. Evolución histórica de la Universidad de Las Tunas, desde la perspectiva extensionista. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, pp. 35-51. 26 de janeiro 2013.

Rodrigues, R. P.; da Cruz, G. B. (2023). (Dis)posições para a formação docente em um curso de pedagogia: contribuições da extensão universitária. **Educação e Pesquisa**, 49, 1-17.

SANTOS, B. S. Da ideia de universidade a uma universidade de ideias. **Revista crítica de Ciências Sociais**, 11-62, 1989.

Santos, B. S. **Pelas mãos de Alice. O social e o político na pós modernidade**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SANTOS, L. D.; BONIFÁCIO, J. Perspectivas da extensão Universitária na formação de professores: contextualização histórico social, **Revista Devir Educação**, 4(1), 171-187, 2020.



SILVA, A. P.; DE OLIVEIRA, J. T. O modelo cooperativo de extensão dos Estados Unidos: contribuições possíveis para o Brasil. **Revista Ceres**, 297-306, 2010. doi:<https://doi.org/10.1590/S0034737X2010000300003>

SILVA, E. A. **Gestão do Ensino Superior em Angola: Realidades, tendências e desafios rumo à qualidade**, Luanda: MAYAMBA EDITORA, 2016.

SILVA, W. P., Extensão Universitária. Um conceito em construção, **Revista de Extensão & Sociedade**, 21-32, 2020.

TAYLOR, C.; MILLER, G. Examining eXtension: Diffusion, Disruption, and Adoption Among Iowa State University Extension and Outreach Professionals, **The Journal of Extension**, 54(5), 1-9, 2016.

TEIXEIRA, P. N. Extensão Universitária na Europa: A Terceira Missão. (M. M. Junior, Entrevistador) **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, 2015, Obtido de <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3069/>

THOMAS, G. How to Do Your Research Project: A Guide for Students. California: Sage Publications inc, 2023.

THRIOLLENT, M. (julho/dezembro de 2002). A construção do conhecimento e metodologia da extensão. **Cronos**, Natal-RN, 3(1), 65-71. Obtido em 5 de Jun/24, de <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/15654/10730>

ZART, L. L. Possibilidades de Fazimento da Universidade: Características e opções entre a globalização e a planetariedade. Em L. L. ZART, & J. C. Dos SANTOS, **Educação e Socio-Economia Solidária. Interação Universidade** - Movimentos sociais (Editora UNEMAT ed., Vol. 2, pp. 32-33). Cáceres, Brasil, 2006